

EDITORIAL ESPECIAL SPECIAL EDITORIAL

**Volney de
Magalhães
Câmara**

Editor Convidado
Invited Editor

Departamento de
Medicina Preventiva e
Núcleo de Estudos de
Saúde Coletiva -
Universidade Federal
do Rio de Janeiro

*Department of
Preventive Medicine
and Collective Health
Studies Center of the
Federal University of
Rio de Janeiro*

O conhecimento científico – reforçado por uma crescente consciência das comunidades – tem contribuído nos últimos anos para destacar o papel da categoria ambiente como um dos principais elementos determinantes do padrão de saúde das populações. Passou-se de uma visão do ambiente apenas como meio externo ou cenário onde acontecem os processos mórbidos, para uma outra, que privilegia a noção de um ecossistema onde desenvolvem-se interações de acontecimentos de origem, entre outras, biológica, física, química, econômica, política e social de diversos níveis de complexidade.

As universidades e instituições de pesquisa começam a elaborar novas teorias e abordagens sobre a relação do ambiente com a saúde e comprovar a associação de situações de risco do ambiente com eventos agudos e doenças crônico-degenerativas como, entre outras, câncer, patologias respiratórias, neurológicas, imunológicas, teratogênicas e endócrinas. A nível mundial, movimentos ecológicos organizados por diversos tipos de instituições civis vem estimulando discussões sobre ações sócio-políticas que possam fazer frente aos efeitos adversos ao ambiente e à saúde causados por alterações climáticas, modificações ecológicas por projetos de desenvolvimento, perda da camada de ozônio, qualidade da água de consumo, condições insatisfatórias de saneamento, etc. Embora ainda em uma fase incipiente, novas propostas de ações de vigilância estão sendo implantadas no SUS pelo Ministério da Saúde e Secretarias Estaduais de Saúde, que incluem o estabelecimento de um Sistema Nacional de Vigilância Ambiental - SINVAS, estruturado como um conjunto articulado de instituições do setor público e privado e componentes do Sistema Único de Saúde envolvendo a União, os Estados, Municípios e Distrito Federal.

A abordagem destas questões na Saúde Coletiva através de suas diferentes disciplinas/campos de práticas, notadamente na Epidemiologia, enfrenta desafios adicionais que incluem o conhecimento de novas abordagens metodológicas e tecnológicas tanto

para avaliar a presença de diferentes situações de risco no ambiente, como para a realização de diagnósticos de eventos como acidentes e doenças que muitas vezes ainda não possuem um perfil clínico/epidemiológico/toxicológico conhecido. Falta também uma política de Saúde Ambiental no Brasil que possa garantir a ampliação, entre outros, de recursos financeiros e materiais, além de recursos humanos qualificados para o desenvolvimento de ensino, pesquisa e ações para a prevenção das situações de risco e o cuidado das pessoas que tiveram a sua saúde afetada pelas condições adversas do ambiente.

Como não poderia deixar de ser, a preocupação com estas questões vem crescendo na área de Saúde Coletiva e pode ser comprovada através das discussões e trabalhos desenvolvidos nos últimos congressos de Epidemiologia e Saúde Coletiva organizados pela Associação Brasileira de Pós-Graduação em Saúde Coletiva – ABRASCO, que culminaram com a proposta de criação de um Grupo Temático em Saúde Ambiental em setembro de 2000 na Assembléia da ABRASCO realizada no VI Congresso Brasileiro de Saúde Coletiva, em Salvador, Bahia.

Este GT Saúde Ambiente, sob a coordenação da *Profa. Lia Giraldo Augusto*, elaborou oito artigos a partir de questões conceituais e metodológicas discutidas em março de 2002 numa oficina de trabalho realizada em Curitiba para o V Congresso Brasileiro de Epidemiologia. Incluem discussões gerais sobre: marcos conceituais, políticas e metodologias em Saúde Ambiental como os três eixos identificados como ponto de referência da primeira reunião do GT; questões metodológicas na avaliação dos efeitos à saúde causados pela poluição do ar; políticas de informação em Saúde Ambiental; uso de biomarcadores para avaliação de exposição e risco por poluição química; informações sobre caracterização de exposição e efeitos à saúde no desenho de estudos epidemiológicos; incertezas na caracterização do risco e desenvolvimento de ações em Saúde Ambiental; exposição ao mercúrio e chumbo na Amazônia; e, a partir dos estudos do

Prof . Milton Santos, uma revisão do objeto da Epidemiologia que considere os vínculos particulares dos indivíduos, incluindo suas características geográficas/ambientais. Estes textos, representam uma primeira contribuição do GT Saúde e Ambiente para a ABRASCO e compoem o presente Suplemento da Revista Brasileira de Epidemiologia.